

IDENTIDADE E CAMPO DE PRODUÇÃO: O LABORATÓRIO DE CURRÍCULOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO RIO DE JANEIRO (1975-79)

LOBO, Yolanda Lima – UENF

FARIA, Lia – UERJ

GT: História da Educação / n.02

Agência Financiadora: FAPERJ

I - INTRODUÇÃO

O nosso trabalho tem como objetivo principal trazer à luz a ação político-educativa empreendida pelo Governo Faria Lima (1975-1979), focalizando, de modo especial, o Laboratório de Currículos, órgão de pesquisa especialmente criado para orientar ações políticas no campo da educação do novo Estado do Rio de Janeiro, surgido com a fusão dos antigos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Esse novo Estado introduz políticas escolares e mudanças institucionais substancialmente diversas das duas realidades escolares então existentes. No que se refere, por exemplo, ao ensino de segundo grau, o Município do Rio de Janeiro se distinguia de outros municípios do Estado do Rio de Janeiro, porque nele se construiu uma prática docente e uma ordem escolar de qualidade, cuja transmissão simbólica de valores espirituais, através de sucessivas gerações, fabricou uma visão hierárquica da excelência escolar. Isto propiciou a alunos oriundos do “interior” do Estado a oportunidade de procurar cursos oferecidos nas escolas da rede municipal do Rio de Janeiro. Esta realidade trouxe problemas para o sistema de ensino desse Município, uma vez que a demanda aumenta, ano após ano, de tal forma que se torna maior do que a oferta de cursos. Em 1975, mais da metade das escolas do Município do Rio de Janeiro – 56% - ofereciam seus serviços a outros municípios. Essa situação revela-se, também, no interior do Estado, uma vez que a maioria das escolas pertencentes a municípios mais prósperos atendia a alunos provenientes de cidades vizinhas e de bairros distantes, formando um quadro contraditório entre a *insuficiência de unidades escolares* e a *oferta de cursos*. Acrescente-se a esse panorama, a falta de professores habilitados para o exercício do magistério, um dos fatores que comprometia toda a rede estadual de ensino.

A situação especial da educação escolar do ensino de 1º grau era grave. O governo do Rio de Janeiro não só teria de cumprir as determinações da Lei nº 5.692/71, como a que prolonga até 14 anos a escolaridade obrigatória - medida que provoca uma reorganização na estrutura de ensino – mas ainda, atender à explosão das matrículas o que traz, para o universo escolar, alunos procedentes de várias camadas sociais. O quadro que se apresenta para a nova unidade federativa é desolador: altos índices de evasão escolar (81%), repetência nas séries iniciais (30%), déficit de 8 mil professores,

320 mil crianças sem escolas, inadequação da formação do professor, inadaptação de métodos e programas de ensino para atender ao novo público escolar.

Ora, se essa situação fosse mantida, a probabilidade de ocorrência simultânea dos padrões de qualidade de ensino já existentes, naquele momento, no Município do Rio de Janeiro com os demais municípios do Estado, era tida como improvável, a não ser que medidas de políticas educacionais fossem tomadas para que todos os municípios alcançassem aqueles valores. Essa é uma operação que o governo do novo Estado do Rio de Janeiro, que assumiu em 1975, propôs-se realizar: formar um novo sistema de ensino estadual com o conjunto de todos os elementos que pertenciam simultaneamente aos dois sistemas estaduais de ensino, tendo porém, como paradigma o sistema escolar do Município do Rio de Janeiro.

Assim, para solucionar esses problemas e prover a democratização da instituição escolar, entendida não somente em termos quantitativos, mas sobretudo, no sentido de reduzir as desigualdades sociais no atendimento escolar, a Secretaria Estadual de Educação e Cultura cria o Laboratório de Currículos, órgão responsável pela pesquisa, formulação e implementação de propostas de renovação pedagógica e de política educacional.

II – IDENTIDADE E CAMPO DE PRODUÇÃO: O LABORATÓRIO DE CURRÍCULOS DA SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO.

Foi pautada na experiência brasileira de pesquisas em cidades-laboratório que a Secretaria Estadual de Educação e Cultura buscou inspiração para gerar o modelo do Laboratório de Currículos. De fato, a concepção de um espaço social destinado ao estudo experimental ou à aplicação dos conhecimentos científicos com objetivo prático aparece na década de cinquenta, no programa das cidades-laboratório desenvolvido pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, órgão criado no INEP durante a gestão Anísio Teixeira. Entendia-se a cidade como laboratório, isto é, campo permanente para pesquisas de interesse ao esclarecimento e solução de problemas educacionais, de modo que os resultados das investigações sucessivas não apenas se somassem uns aos outros, mas também fossem passíveis de constante revisão, reordenação e sistematização (cf. Nogueira, 1958; Henriques, 1988; Xavier, 1999). Em sua fase inicial o Programa de pesquisas em cidades-laboratório, tinha “*como objetivo tomar municípios-tipo que se defrontassem com problemas educacionais comuns a cada uma das regiões mais diferenciadas do Brasil, para constituí-los em laboratórios de estudos e, posteriormente, de experimentação educacional*” (Ribeiro, 1958 p.13).

Uma das pesquisas realizadas pelo Professor Nogueira, coordenador do Programa, compreendia o *Projeto de Instituição de uma Área-Laboratório para*

Pesquisas referentes à Educação (1958), nos municípios de *Leopoldina e Cataguases*. A primeira atividade da equipe foi levantar dados preliminares das condições sócio-econômicas e culturais dessas cidades-laboratório ou áreas-laboratório, com a finalidade de fornecer elementos para planejamento das inovações e/ou experimentos, em 1957.

Essas áreas-laboratório passaram a constituir-se campo permanente de experimentação para iniciativas que visassem dar maior eficiência ao sistema educacional do Brasil e, ainda, campo permanente de demonstração e treinamento, quer para pesquisadores e pessoal docente e técnico a ser formado pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (C.B.P.E), quer para os interessados, em geral, em problemas de educação. Neste sentido, o papel do C.B.P.E, enquanto instituição encarregada de realizar pesquisas e formar novos quadros de pesquisadores, assume autoridade incontestável no campo científico da Educação, introduzindo novas regras – através da lógica da pesquisa - para avaliar, planejar e experimentar inovações para a educação brasileira. Trata-se, pois, de um espaço social cuja importância se evidencia no âmbito da educação nacional uma vez que, nele, não somente são produzidas as investigações que traçam as ações de política educacional, mas também, a formação de um corpo de reprodutores do saber científico.

No ano seguinte, ao início de suas atividades, o Programa de Pesquisas em Cidades-Laboratório teve que incorporar a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, criada naquele ano de 1958, sob coordenação de J. Roberto Moreira. Em colaboração com o Summer Institute of Linguistics, realiza o Levantamento Lingüístico de Leopoldina cujos resultados subsidiaram a elaboração da cartilha para o projeto de alfabetização desta cidade-laboratório (Ribeiro, 1958). No entanto, a interferência do poder político na escolha das áreas-laboratório traz conseqüências para o desenvolvimento desse programa, provocando conflitos com o campo científico.

Apesar do êxito de suas experiências, o C.B.P.E foi extinto no início dos anos setenta, sem contudo, perder sua autoridade no campo da educação. Os trabalhos realizados pelo quadro de pesquisadores daquele órgão constituem-se marco da pesquisa em educação e, no mercado editorial, suas publicações alcançam notoriedade e reconhecimento ainda nos dias atuais.

Na segunda metade dos anos setenta, como já foi mencionado anteriormente, o primeiro governo do novo Estado do Rio de Janeiro parece inspirar-se no modelo das cidades-laboratório para conceber o Laboratório de Currículos da Secretaria de Estado da Educação e Cultura. Cabe ressaltar, porém, que não se trata de relação de parentesco que se tenha desenvolvido através de uma cadeia de relações de filiação (Bourdieu, 1972). Embora se possa observar um paralelismo na natureza, estruturação e funções desses órgãos, a maneira como seus idealizadores compreenderam e lidaram com as relações políticas são diversas, porque diversas são as conjunturas - “os estados

particulares”, para usar uma expressão de Bourdieu – em que operam os agentes e suas práticas.

A exemplo do que se fazia em âmbito federal nos anos cinquenta através do C.B.P.E, a Secretaria Estadual de Educação entendia que o planejamento educacional precisava valer-se de resultados de estudos e pesquisas a fim de que os serviços de educação oferecidos pelo Poder Público Estadual respondessem aos apelos reais da população. Evidenciava-se, pois, a necessidade de que todas as atividades da educação se embasassem em dados da realidade, obtidos através de pesquisas cientificamente conduzidas. Assim, considerava-se que os resultados da pesquisa deveriam subsidiar as medidas de política educacional empreendidas pela Secretaria Estadual de Educação e Cultura. Para tanto, ao Laboratório de Currículos foram atribuídas as seguintes funções: - promover pesquisa com o objetivo de identificar necessidades do Sistema Escolar; realizar investigações para elaborar e executar o Plano Estadual de Educação; otimizar estudos para formular e reformular currículos; sugerir metas curriculares e novas propostas metodológicas; viabilizar a implantação, acompanhamento e avaliação do plano curricular do Estado.

As primeiras atividades desenvolvidas pelo Laboratório destinaram-se a realizar e otimizar estudos e pesquisas sobre a situação educacional e cultural do novo Estado, a fim de identificar as características e necessidades das cidades fluminenses. Primeiramente, foram elaborados mapas e levantamentos de dados geográficos, demográficos e econômicos de cada região e, em seguida, procedeu-se à coleta de dados sobre a questão educacional e cultural. A partir desses dados gerais e específicos, o Laboratório agrupou as cidades em seis regiões-programa, que seriam atendidas, de acordo com as necessidades regionais, por meio dos Centros e Núcleos Comunitários de Educação. Essa estrutura permitiria ao Laboratório articular a rede escolar do Estado do Rio de Janeiro com vistas a introduzir a renovação educacional.

Os resultados da pesquisa apresentavam a precariedade da educação rural. Ora, o crescimento da agricultura era prioridade para o Governo Faria Lima, que desejava fazer no novo Estado do Rio de Janeiro um pólo que permitisse alcançar os níveis de produção atingidos, naquele momento, pela economia de São Paulo. Entendia-se que a educação escolar era fator primordial para o desenvolvimento econômico e uma das explicações apresentadas para o atraso no meio rural era a falta de um programa de desenvolvimento técnico para o campo. Coube ao Laboratório a tarefa de formular um currículo que atendesse a esses requisitos, em parceria com a Secretaria Estadual de Agricultura. Para isso, estabelece sua escola experimental no município de Cordeiro. Este município passa a sediar o Núcleo Comunitário de Educação, Cultura e Trabalho, primeiro de uma série de sessenta e quatro, planejada para o Estado do Rio. É, pois, a parte chave de um sistema operacional responsável por gerir suas funções básicas e

organizar a realização das demais. Em estreita relação com a perspectiva teórica adotada pelo Laboratório, o Núcleo de Cordeiro abriga o Centro Inter-Escolar destinado ao seu estudo experimental, local de práticas pedagógicas do Laboratório de Currículos e, principalmente, o de elaboração da crença nos progressos pedagógicos como resultado da pesquisa pedagógica.

O *desenvolvimento do corpo*, individual e coletivo, gerador de duração e de espaço do Laboratório de Currículos era formado, inicialmente, por professores portadores de títulos acadêmicos – livres-docentes, doutores, mestres e graduados - e, alguns, titulares dos quadros das Universidades Federais, o que nos dá a dimensão da estrutura do seu capital cultural¹.

O processo de maximização do capital cultural (Bourdieu, 1992) que constitui o patrimônio do Laboratório de Currículos assume maior valor no momento em que o Conselho Estadual de Educação aprova a “*nova metodologia de ensino*” criada pelo Laboratório para enfrentar as deficiências do sistema escolar do Estado e completa-se com a repercussão alcançada na imprensa do Rio de Janeiro: “*Para a diretora do Laboratório, professora Circe Navarro, não adianta construir escolas para satisfazer a demanda, pois a reprovação em massa (60% da 1ª para a 2ª série do 1º grau) e a retenção (alunos na 1ª série até os 14 anos) congestionam as séries iniciais. A solução, em médio prazo, é desenvolver currículos e métodos adequados a cada região*” (Jornal do Brasil, 1976b p.3). A afirmação da diretora do Laboratório de Currículos opera uma linguagem simbólica, à semelhança de um profeta ou político, criando categorias de percepção e de apreciação do problema - reprovação em massa, retenção, congestionamento - bem como de sua solução em espaço de tempo “médio”, durante o qual deveria realizar-se a adequação de currículos e métodos a cada região.

Nesse sentido, o reconhecimento da autoridade pedagógica do Laboratório de Currículos alcança, ao mesmo tempo, duas instituições importantes o que dá a dimensão do seu horizonte social: o Conselho Estadual de Educação, órgão legalmente incumbido de autorizar o funcionamento de escolas e definir os seus currículos em todo o Estado do Rio de Janeiro e os jornais de maior circulação nacional: Jornal do Brasil e O Globo.

1 Na área de Lingüística e Língua Portuguesa, tem-se a professora Samira Nahid de Mesquita, Titular dessa Cadeira na Faculdade de Letras da UFRJ; em Matemática, a Titular dessa disciplina no Instituto de Matemática da UFRJ, Maria Laura Mousinho Leite Lopes; na área de Estudos Sociais, os professores Ilmar Roloff de Mattos (PUC-Rio), Raquel Soihet (UFF), Tomoko Paganelli (UFF); na alfabetização, Maria Heloisa Vilas Boas Simões; em Língua Francesa, Marcella Mortara (UERJ) e Paulo Rónai. Na direção do Laboratório, a professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Fundação Getúlio Vargas (IESAE-FGV), Circe Navarro Rivas.

Entretanto, era preciso ainda, alargar sua posição no campo da educação, fazendo chegar aos quadros de professores da rede de ensino de 1º e 2º graus (ensino fundamental e médio) as novas orientações para o desenvolvimento curricular oriundas dos resultados de investigação científica realizada pelo Laboratório. A estratégia² montada, então, foi a de estabelecer uma seqüência de etapas para implantação das novas idéias pedagógicas, o que exigiu movimentos e operações, visando alcançar ou manter posições relativas e potenciais favoráveis a futuras ações táticas para consecução de seus objetivos. Assim, planejou-se uma ação combinada, incluindo professores em exercício na rede estadual e os que estavam em processo de formação nas Escolas Normais e Institutos de Educação.

Na primeira etapa, foi dada orientação a professores, técnicos e inspetorias das escolas de municípios-tipo, a partir do documento-síntese contendo a essência da reformulação, discriminação do que caberia à escola, preceitos legais e modelos mais detalhados de currículos. Numa segunda etapa, *“foi feito o treinamento dos 320 professores e inspetores (cinco para cada região) para a elaboração de diagnóstico específico de cada realidade regional, municipal e local e, a partir daí, para a definição de cada programa e currículo a ser cumprido (...) em cada uma das escolas estaduais”* (Jornal do Brasil, 1976c, p. 4). Paralelamente a essas etapas, iniciou-se um trabalho pedagógico junto aos cursos de formação de professores (Escolas Normais e Institutos de Educação).

Neste meio tempo, cuidou-se do mercado editorial, através da Imprensa Oficial do Estado, do conjunto de obras publicadas por essa mesma editora, sob um título geral *Currículos*, para atendimento de um segmento definido do mercado: os professores. O número 1 dessa série é o *Livro-Síntese de Reformulação de Currículos*. Na seqüência, o primeiro volume do número 2 – *Reformulação de Currículos, Pré-Escolar e 1º Grau* – dos oito que se seguiram, organizados por atividades e áreas de estudos; depois, o primeiro volume da série nº 3 – *Reformulação de Currículos, 2º Grau* – organizado por disciplinas e Habilitações Profissionais. Foram publicados dezesseis títulos, abrangendo as áreas de educação pré-escolar, alfabetização, ensino de 1º e 2º graus, formação especial, ensino profissionalizante, proposta metodológica para as seis primeiras séries do 1º grau, novas metodologias para o ensino rural e ensino de francês no 2º grau.

² Michel de Certeau (1990, p.46) chama de estratégia o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito do querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico.

Também foram publicadas as séries Projetos, Pronunciamentos, Pesquisas³.

Algumas características dessas obras merecem ser ressaltadas. Enquanto livros de currículos, isto é, livros de matérias constantes de um curso (Pré-escola, 1º e 2º graus), essas publicações contêm, em si, uma especificidade bastante grande. Não é qualquer livro, ficção ou não, que se procura em uma livraria ou biblioteca, para se entreter. Pelo contrário, são títulos, previamente indicados, que têm como objetivo contribuir para o processo do ensino. Seu conteúdo, programaticamente organizado, já de antemão conhecido pelo público alvo – o professor da rede pública de ensino – pode, algumas vezes, gerar neste, muito mais, apenas um reconhecimento daquilo que se lê, do que o seu descobrimento e reflexão. Daí o seu desafio.

Outra característica dessas publicações é o fato de que foram distribuídas pelas escolas e professores sem nenhum ônus, gratuitamente. Não competindo no mercado de livro didático, os títulos puderam ser editados sem a necessidade de um apelo gráfico especial. No entanto, apesar de serem produzidas, editadas e distribuídas por um órgão oficial, e de serem todas elas padronizadas, o que significa redução de custos, essas publicações revelam uma certa preocupação com a qualidade editorial. Pode-se evidenciar o cuidado do editor com as estratégias⁴ explícitas através das quais o Laboratório tentou impor uma ortodoxia, uma leitura autorizada do texto. Assim é que todos os livros contêm apresentação, introdução e objetivos.

Na apresentação do primeiro livro, a Secretária de Educação, professora Myrthes Wenzel, afirma que “*o objetivo da publicação é fornecer aos educadores do Estado princípios e subsídios capazes de renovar a escola e o desempenho do sistema*” (Wenzel, 1976, p.10). Admite-se, como princípio orientador da reforma curricular, “*a integração educação-cultura*”, e o currículo é concebido como “*o conjunto das experiências organizadas e supervisionadas pela escola*”, cabendo a todos os que participam do processo “*procurar romper com os esquemas estereotipados, de forma tal que os interesses, as necessidades e as virtualidades do educando sejam atendidos*”. A Secretária de Educação ressalta, ainda, que “*a preocupação maior que presidiu a todas as etapas do trabalho e conduziu ao produto ora entregue à edição, foi a de incentivar cada unidade de ensino a dizer a sua palavra original*” (id).

3 A linha de publicação do Laboratório guarda similaridade com a do C.B.P.E. De fato, na segunda metade da década de 1955, o C.B.P.E publicou várias séries, como a dos Guias de Ensino para a Escola Primária e Secundária, a de Pesquisas e Monografias, a de Currículo, Programas e Método, entre outras. Conferir as publicações do Centro na Revista Educação e Ciências Sociais, Ano IV, V. 6, nov. 1959, p.126-129.

4 Sobre estratégias de edição, consultar “*Texto, Impressão, Leituras*”, de Roger Chartier (1992). In: Hunt, Lynn. A Nova História Cultural. São Paulo, Martins Fontes.

Entretanto, embora didaticamente elaborados, os livros apresentavam alto grau de complexidade no aspecto da proposta metodológica fundamentada na epistemologia genética de Piaget⁵, tornando-o, em alguns casos, intraduzível para alguns professores. Criava-se, assim, um abismo intransponível que não permitia a certos leitores professores ler adequadamente a obra na sua singularidade textual e muito menos cotejá-la com suas práticas docentes, ou porque não possuíam o código, os esquemas classificatórios necessários para compreender o seu sentido social, ou porque não adquiriram disposições, *habitus*⁶, (Bourdieu, 1990) para agir, perceber, e pensar as mudanças pedagógicas. Alguns professores mostravam-se cépticos, diante da idéia mesma de pesquisa pedagógica, porque não criam no progresso pedagógico e não lhe concebiam sequer a mínima possibilidade de concretizá-lo. Essa atitude é obstáculo que impede o passo inicial para a aplicação da nova metodologia de ensino, qual seja: “*a mudança de atitude do professor diante do aluno*” (Jornal do Brasil, 1976c, p 4). Explicando à imprensa os fundamentos da nova metodologia, a diretora do Laboratório assim resumiu a nova proposta curricular:

“O professor primeiro conhecerá a realidade da criança e da comunidade onde vive, e como se apresentam suas estruturas lingüísticas mental e vivencial. Só então organizará o currículo, decisão centrada na escola. O método se baseia na tradução em jogos das estruturas mentais e de linguagem da criança, o que faz das aulas atividades fundamentalmente lúdicas. O objetivo é desenvolver a capacidade de aprendizagem dos alunos antes de lhes transmitir conteúdos, acabando com atual ensino mecanizado ”(id).

Este fato não impediu, contudo, a continuidade da ação dos educadores em

5 Consultar, sobre este assunto, L'Épistémologie Génétique, de Jean Piaget (1970). Paris, Presses Universitaires de France.

6 Para Bourdieu (1990, p. 158), “*as representações dos agentes variam segundo a sua posição (...) e segundo seu habitus como sistema de esquemas de percepção e apreciação, como estruturas cognitivas e avaliatórias que eles adquirem através da experiência durável de uma posição do mundo social. O habitus é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas*”. Nos dois casos, afirma Bourdieu, “*suas operações exprimem a posição social em que foi construído. Em conseqüência, o habitus produz práticas e representações que estão disponíveis para a classificação, que são objetivamente diferenciadas; mas elas só são imediatamente percebidas enquanto tal por agentes que possuam o código, os esquemas classificatórios necessários para compreender-lhes o sentido social*” (id).

atividade no Laboratório, convencidos de que o progresso pedagógico, historicamente, não se propaga, por inteiro, de uma só vez. A construção de uma nova tradição escolar demanda tempo, e isso era tarefa que não se concluiria nos quatro anos do governo Faria Lima. Não obstante, o Laboratório passa a priorizar a formação continuada de professores, em parceria com a Fundação Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos (CDRH) da SEEC-RJ e outras entidades especializadas, tendo atingido a todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro.⁷

Entretanto, o que esses educadores não previram foram as alterações que ocorreriam com a posse de Chagas Freitas no Governo do Estado, em 1979. Assume a Secretaria de Educação o professor Arnaldo Niskier que, ao fazer o convite para a professora Fátima Cunha dirigir o Laboratório de Currículos, recomenda-lhe refazer a proposta, moldando-a ao nível dos professores: *“a Dona Myrthes instalou um sistema Piagetiano que está um pouco em conflito e a gente tem que refazer, não tirar, mas moldar ao nível da nossa professora”* (Cunha, 2002, Depoimento 1). Cabe observar, porém, que não se trata somente de um processo de conformar a proposta de renovação curricular “ao nível da nossa professora”, não se trata de um simples ajuste. Procedeu-se a uma nova orientação, que prioriza os recursos técnicos, as novas tecnologias educacionais. Daí que, na Secretaria de Educação, o Laboratório perde espaço e poder para o Centro de Tecnologias Educacionais. Essa nova orientação inverte em sentido contrário aquela fabricada pelo Laboratório de priorizar a mudança de atitude do professor, introduzindo uma nova racionalidade para o ensino. Sob a perspectiva do Centro de Tecnologias, o progresso pedagógico concerne mais ao trabalho dos alunos, dos estudos, e menos ao ensino. Nesse novo contexto, gradativamente, o Laboratório vai perdendo suas funções vitais.

Em 1983, início do Governo Brizola, a Secretaria de Educação, Yara Vargas, faz um esforço para revitalizá-lo. O Laboratório retoma sua linha editorial, publicando o *Guia de Organização Curricular* organizado por séries e áreas de estudos para o ensino de 1º grau. Na apresentação, Yara Vargas escreveu: *“O que aqui se propõe – a formulação de objetivos em termos de resultados que se deve obter; uma série de atividades que propiciarão o alcance desses objetivos e os conteúdos que servirão de base às referidas experiências – são pontos considerados imprescindíveis à organização dos currículos por parte do professor”* (Vargas, 1983, p.11). Essa publicação difere das anteriores não só pela forma de impressão do texto, como também pela encadernação. Ao contrário desta, a edição da série Currículos (1975-78)

⁷ Os cursos de formação, de atualização, de especialização foram organizados para atender: professores da pré-escola, do 1º grau, do 2º grau, de Educação Especial, do Supletivo, Orientadores, Supervisores, Administradores, totalizando o atendimento a 17.893 profissionais da educação no período 1975-78.

apresentava uma forma editorial e uma impressão mais sofisticadas, talvez inspirada pela imagem que os impressores faziam das competências e das expectativas culturais dos leitores que tinham familiaridade com livros (Chartier, 1992). Enquanto a edição da série Currículos buscava introduzir a epistemologia genética de Piaget para fundamentar a prática dos professores, a nova publicação trata de “*formulação de objetivos em termos de resultados que se devem obter*” e de sugestões de atividades. Note-se que a perspectiva adotada é de continuidade com aquela proclamada pelo Centro de Tecnologia. Esta publicação é o último sopro do Laboratório. O Programa Especial de Educação do Governo Brizola desliga os aparelhos que ainda faziam o Laboratório respirar. Em 1983, extingue-se o Laboratório.

III - CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas que articulam o espaço político da Secretaria Estadual de Educação alcançaram expressão de notoriedade no primeiro Governo do Estado do Rio de Janeiro (1975-79). O poder institucional da Secretaria ganha autoridade com a criação do Laboratório de Currículos que, mediante uma seqüência de operações em que o objeto de cada uma é o resultado da que a precede, inverte as estratégias desse espaço, reorganizando-o através de um novo léxico – científico, de uma nova racionalidade. Cumpre assinalar que a inspiração para este *modus faciendi* vem de uma certa apropriação das práticas desenvolvidas pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais nos anos cinquenta, notadamente, as que articulam a pesquisa ao planejamento educacional e à formação dos professores, transformando o Estado em *laboratório de educação*⁸. O efeito iterativo de sua imagem, como laboratório de pesquisas, de planejamento, de execução e de formação de quadros profissionais, constrói a identidade desse órgão encarregado de promover o progresso pedagógico através de pesquisas rigorosas, para superar as dificuldades então existentes no sistema de ensino. Constatava-se que a explosão de matrículas escolares e o prolongamento da obrigatoriedade escolar haviam criado situações as mais diversas e desconhecidas e isso exigia do professor não somente novas ferramentas de trabalho, mas sobretudo, um novo modo pedagógico de agir. Coube ao Laboratório proceder ao descortinamento desse mundo, através da pesquisa pedagógica, de modo a subsidiar o trabalho dos professores, emprestando aos currículos e às escolas uma nova fisionomia. A partir deste enfoque, foi possível “*imaginar o currículo como via capaz de renovar a vida das escolas e revitalizar o trabalho dos educadores*” (Wenzel, 1978, p.10). No entanto, a possibilidade de se construir essa *via capaz de renovar a vida das escolas*, nos termos estabelecidos pelo Laboratório, parece pouco provável de se efetivar, uma vez que a

⁸ Estamos usando a expressão usada por Libânea Xavier (1999) em seu livro O Brasil como Laboratório-Educação e Ciências Sociais no Projeto dos Centros Brasileiros de Pesquisas Educacionais. São Paulo, Editora São Francisco.

falta de embasamento teórico do professor da rede pública impede-o de se adaptar à sofisticação da nova e complexa linguagem proposta nas publicações. Além disso, a competência do Laboratório em assuntos educacionais bem como sua autoridade para orientar o progresso pedagógico é transitória, porque sua posição em relação ao campo de poder é de dependência. Tendo sido criado no Governo Faria Lima, o Laboratório traz consigo o estigma “da ditadura militar”, para os políticos que assumem o governo do Estado em 1989 (Governo Chagas Freitas). Numa curiosa relação de homologia com o C.B.P.E, órgão extinto pelo governo militar, o Laboratório não resiste aos excessos do poder político civil, encerrando suas atividades em 1983.

IV – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brasil. MEC-INEP (1959). Publicações do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Revista Educação e Ciências Sociais, Ano IV, V. 6, novembro, pp.126-129.
- _____ (1956). Os Estudos e As Pesquisas Educacionais no Ministério da Educação e Cultura. Revista Educação e Ciências Sociais, Boletim do C.B.P.E vol., I nº 1.
- Bourdieu, Pierre (1989). O Poder Simbólico. São Paulo, Martins Fontes.
- _____ (1972). Esquisse d'une Théorie de la Pratique. Genève, Droz.
- _____ (1990). As Coisas Ditas. São Paulo, Editora Brasiliense.
- Bourdieu, P. et Loïc J.D.Wacquant (1992). Réponses: Pour une Anthropologie Réflexive. Paris, Éditions du Soleil.
- Certeau, Michel de (1990). L'Invention du Quotidien 1. Arts de faire. Paris, Gallimard.
- Chartier, Roger (1992). “Texto, Impressão, Leituras”. In: Hunt, Lynn. A Nova História Cultural. São Paulo, Martins Fontes, p 121-137.
- Cunha, Fátima Ferreira Pinto (2002). Depoimento 1, Centro de Memória da Educação. Rio de Janeiro, Conselho Estadual de Educação.
- Henriques, Vera (1988). “Educação e Ciências Sociais no Brasil: Possíveis Relações”. In Caderno de Pesquisas da Fundação Carlos Chagas n. 103, março, p.81-99.
- Hunt, Lynn (1992). A Nova História Cultural. São Paulo, Martins Fontes.
- Jornal do Brasil (1976a). Secretaria de Educação vai usar métodos diferentes de ensino em cada ano escolar. Rio de Janeiro, 16 de abril, p. 4.
- _____ (1976b). Conselho aprova Método que poderá melhorar qualidade do ensino no Estado. Rio de Janeiro, 23 de julho, p. 3.
- _____ (1976c). Professora quer mais Currículos. Rio de Janeiro, 05 de dezembro, p.4
- Nogueira, Oracy (1958). “Projeto de Instituição de uma Área-Laboratório para Pesquisas Referentes à Educação”. In Revista Educação e Ciências Sociais, CBPE, Rio

de Janeiro, ano III, vol. 3, n° 7, abril, pp. 123-30.

Piaget, Jean (1970). *L'Épistémologie Génétique*. Paris, Presses Universitaires de France.

Ribeiro, Darcy (1958). “*O Programa de Pesquisas em Cidades-Laboratório*”. In *Revista Educação e Ciências Sociais, Boletim do C.B.P. E.* vol., 3, n° 8, agosto, pp. 13-55.

Rio de Janeiro –Estado-(1975). *Laboratório de Currículos*. Departamento de Educação. Projeto do Núcleo Comunitário de Educação, Cultura e Trabalho de Cordeiro. Niterói, Imprensa Oficial do Rio de Janeiro.

_____ (1976). *Reformulação de Currículos – Síntese*. Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Educação e Cultura. Niterói, Imprensa Oficial do Estado.

Vargas, Yara (1983). Apresentação. *Guia de Organização Curricular*. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, p 11.

Wenzel, Myrthes (1976). Apresentação. *Reformulação de Currículos – Síntese*. Secretaria de Estado de Educação e Cultura. Niterói, Imprensa Oficial do Estado, p.10.

_____ (1978). *Realizações e Perspectivas*. Niterói, Imprensa Oficial do Estado, p.10.

Xavier, L. N. (1999). “*Regionalização da Pesquisa e Inovação Pedagógica: os Centros de Pesquisas Educacionais do INEP (1950-1960)*”. In *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 80, n°194, p. 81-92, jan./abril.

_____ (1999). *O Brasil como Laboratório-Educação e Ciências Sociais no Projeto dos Centros Brasileiros de pesquisas Educacionais*. São Paulo, Editora São Francisco.

